

CAPÍTULO 32

ENFRENTAMENTOS DAS PESSOAS LGBTQIA+ AOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL

**Joseany Silva Santana Simões
Andréa Lúcia Reis Grácio
Paloma Gomes Rodrigues
Elaine Cristina Rodrigues Costa
Silvia Regina Souza Silva**

INTRODUÇÃO

Para garantir os direitos e assegurar à saúde da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos, Assexuais e outras/os (LGBTQIA+), enfatiza-se a necessidade de ampliar a discussão concernente à garantia da saúde dessa população na utilização dos serviços de saúde por meio do acolhimento e atendimento dignos, levando em consideração as demandas e especificidades que englobam as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos, queer, assexuais, entre outras/os (Miskolci, 2022).

Essa compreensão envolve, de maneira fundamental, o reconhecimento de que a identidade de gênero e a orientação sexual representam fatores determinantes sociais da saúde, os quais exercem uma influência direta e significativa sobre diversos aspectos do bem-estar dos indivíduos. Esses fatores impactam não apenas o acesso aos serviços de saúde, mas também a qualidade do atendimento recebido, contribuindo para a construção de uma experiência mais inclusiva, respeitosa e acolhedora. Além disso, eles são essenciais para a promoção da saúde integral, uma vez que consideram as especificidades e necessidades de cada pessoa, promovendo uma abordagem mais humanizada e equitativa no cuidado em saúde (Miskolci, 2022).

Reconhecer esses determinantes é fundamental para a implementação de políticas públicas e práticas profissionais que visem à redução de desigualdades, ao combate ao preconceito e à discriminação, promovendo, assim, uma sociedade mais justa, plural e respeitosa às diversidades. No que tange à promoção dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos de pessoas LGBTQIA+, o SUS, por meio da Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIA+, observa-se que estas ações ainda se encontram fortemente direcionadas ao sistema binário, ou seja, tanto para homens como para mulheres.

Entretanto, torna-se imperativo entender as diversidades e especificidades de cada grupo populacional, para que o cuidado seja compatível com as suas reais demandas e necessidades para condições plenas à saúde (Brasil, 2013b). A superação do paradigma binário no

atendimento de saúde representa um dos principais desafios para garantir uma assistência verdadeiramente integral e equitativa a todos os indivíduos. Essa mudança de paradigma é fundamental, pois o modelo binário muitas vezes reforça a invisibilização e a marginalização de identidades não-normativas, dificultando o acesso a cuidados de saúde adequados e respeitosos. A persistência dessa visão limitada promove barreiras tanto institucionais quanto simbólicas, que dificultam a compreensão das necessidades específicas de pessoas que não se enquadram nas categorias tradicionais de gênero e orientação sexual.

Portanto, é imprescindível promover uma mudança de perspectiva que reconheça e valorize a diversidade de identidades e experiências, contribuindo para a construção de um sistema de saúde mais acolhedor, inclusivo e capaz de atender às necessidades de toda a população, independentemente de suas características pessoais (Simões; Facchini, 2009). Historicamente, o sistema de saúde brasileiro refletiu os valores sociais excludentes de sua época, tratando as identidades LGBTQIA+ ora como patologias, ora como desvios morais. Durante muito tempo, travestis e mulheres transexuais, por exemplo, só acessavam os serviços de saúde em situações de urgência, e mesmo assim sofriam abusos, negligência e violências institucionais (Simões; Facchini, 2009).

O reconhecimento do nome social, por exemplo, é um avanço que apenas recentemente passou a ser mais amplamente respeitado, e ainda enfrenta resistência em diversos serviços. Apesar de avanços legislativos e de políticas públicas que promovem o uso do nome social, a implementação prática ainda encontra obstáculos, como a ausência de protocolos claros, a falta de sensibilização e a resistência de alguns profissionais em adaptar suas práticas às necessidades específicas da população trans. Essa resistência pode gerar situações de constrangimento, discriminação e até mesmo de violência institucional, prejudicando o acesso e a continuidade do cuidado de pessoas trans. O reconhecimento do nome social não deve ser visto apenas como uma formalidade, mas como uma medida essencial para garantir o direito à dignidade, ao respeito e à humanização no atendimento.

OBJETIVO

Identificar os enfrentamentos as pessoas LGBTQIA+ nos serviços de saúde Brasil

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo bibliográfico, de natureza qualitativa, o qual adotou os seguintes procedimentos para levantamento e análise da bibliografia: Busca, seleção e análise dos textos. O processo de avaliação do material bibliográfico permite descrever como está sendo discutida a temática pelos pesquisadores e os métodos empregados. A pesquisa foi realizada por meio de levantamento de artigos científicos publicados, através do portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados

da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), National Library of Medicine's (MEDLINE), Base de Dados em Enfermagem (BDENF) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). A etapa inicial deste estudo partiu da definição das seguintes palavras-chave: Pessoas LGBTQIA+, Políticas públicas, Serviços de saúde e Brasil. Foram encontrados 15 artigos científicos: 03 no MEDLINE, 10 no LILACS, 01 BDENF e 01 BBO Odontologia - Board Brasileiro de Ortodontia e Ortopedia Facial, com o uso do operador booleano AND objetivando encontrar publicações que continham combinações das palavras-chave definidas. O período de busca ocorreu no mês de abril de 2025. Como critério de inclusão, foi estabelecido artigos completos que abordassem a saúde das pessoas LGBTQIA+ sobre as perspectivas dos enfrentamentos aos serviços de saúde no Brasil e publicados nos últimos 10 anos.

Os critérios utilizados para a exclusão, foram artigos científicos que não contemplassem a saúde das pessoas LGBTQIA+ nos serviços de saúde no Brasil e seus enfrentamentos, referências incompletas e repetidas, teses e dissertações. Seguindo os critérios de inclusão adotados neste estudo, foram excluídos 6 artigos e selecionados 09 artigos científicos que serviram de base para a análise do estudo. Após a leitura detalhada e minuciosa de todos os artigos selecionados, foi possível proceder à análise aprofundada e à organização sistemática das ideias, com o objetivo de elaborar de forma clara e coesa os resultados e a discussão do estudo. É importante destacar que todo o processo de pesquisa foi conduzido com rigor ético, garantindo o respeito aos princípios morais e éticos na utilização dos materiais e informações consultados. Além disso, todas as etapas foram realizadas em conformidade com as normas éticas vigentes, assegurando a integridade do estudo e a responsabilidade na condução da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise do estudo envolveram a revisão de 09 artigos publicados em diferentes anos, destacando-se a presença de uma publicação em 2017, uma em 2018, duas em 2020, duas em 2021 e três em 2022. Essa variedade de anos de publicação reflete a evolução do conhecimento sobre o tema ao longo do tempo, no entanto, é importante destacar a ausência de estudos mais recentes, indicando a necessidade premente de investigações mais recentes que abordem os enfrentamentos e desafios das pessoas LGBTQIA+ nos serviços de saúde.

Diante dos resultados obtidos nos estudos, verificou-se que para as pessoas LGBTQIA+, a estigmatização e discriminação, produzidas pelas normas regulatórias de gêneros, impossibilitam o acesso e comprometem a qualidade nos serviços públicos de saúde. Desse modo, considerando que as normas regulatórias de gênero, assim como a repetição dos padrões binários de gênero, através das práticas das/os profissionais de saúde e são produtores e produtores de processos de estigmatização e discriminação na

vida de pessoas trans, buscamos analisar, a partir das práticas cotidianas das/os profissionais de saúde pública, as barreiras para o acesso dessa população nos espaços de saúde pública (Gomes, 2018). De acordo com o mesmo autor supracitado, no contexto hospitalar, por exemplo, há casos de alocação de pessoas trans em salas de emergência e enfermarias em desacordo com sua identidade de gênero fora do Processo Transsexualizador.

Frequentemente, é negado a quem não fez requalificação civil a alocação em setores compatíveis com sua identidade de gênero, o que além de ser uma violência por não reconhecer a autodeterminação do gênero, viola também direitos fundamentais como o direito à privacidade e ao sigilo. Gomes (2018) reforça ainda que, essa prática contribui com a marginalização e o estigma enfrentados por pessoas trans no ambiente de saúde, contribuindo para o sentimento de vulnerabilidade e insegurança ao buscar atendimento. Além disso, essa negativa muitas vezes impede que essas pessoas recebam o cuidado adequado às suas necessidades, prejudicando sua saúde física e mental. É importante destacar que o respeito à identidade de gênero deve ser uma regra universal nos serviços de saúde, promovendo ambientes mais inclusivos, acolhedores e respeitosos, onde todos possam se sentir seguros e dignamente atendidos, independentemente de terem ou não passado pelo Processo Transsexualizador.

Já o estudo de Paschoalick (2022), evidencia lacunas na formação acadêmica, onde a maioria dos estudantes de medicina não receberam formação específica na área de atenção à saúde da população LGBTQIA+. O que reforça a insuficiência na formação deste profissional de saúde acerca das práticas e particularidades dessa população, contribuindo para a continuidade de estigmas e preconceitos, além de contrariar os princípios de equidade e humanização do SUS. Reforçando, a necessidade de profissionais da saúde desenvolverem conhecimentos, habilidades e competência cultural voltados à diversidade sexual e de gênero.

A Política LGBT reconhece os efeitos da discriminação da população LGBT e propõe mudanças na determinação social da saúde. Em 2007, na 13ª Conferência Nacional de Saúde, a orientação sexual e a identidade de gênero são incluídas como categoria de análise da determinação social da saúde, recomendando a sensibilização dos profissionais para a temática e definindo novos protocolos de atendimentos, incluindo o respeito à intimidade e à individualidade (Paschoalick, 2022). Guimarães (2020) traz reflexões importantes sobre a formação acadêmica do enfermeiro, destacando que existem diversas brechas nesse processo de formação profissional.

Ao analisar seu estudo, que teve como foco compreender o nível de conhecimento dos enfermeiros acerca da diversidade sexual e da homofobia, foi possível perceber que há uma carência de incentivo para que esses temas sejam abordados durante a formação acadêmica. Essa falta de estímulo contribui para que o entendimento dos profissionais de saúde sobre

a população LGBTQIA+ seja limitado, o que, por sua vez, reforça o estigma e os preconceitos associados a esse grupo. Além disso, essa lacuna na formação pode impactar negativamente na qualidade do atendimento prestado, dificultando a criação de um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todos os pacientes. Portanto, é fundamental que os currículos de enfermagem sejam revisados e ampliados para incluir conteúdos que promovam a compreensão, o respeito e a valorização da diversidade sexual, contribuindo assim para uma assistência mais humanizada e equitativa. Dito isso, o mesmo autor supracitado reforça que essa abordagem limitada na formação dos profissionais de saúde contribui significativamente para que eles não estejam devidamente preparados para atender às demandas específicas da população LGBTQIA+.

Essa deficiência é especialmente evidente no que diz respeito ao processo transsexualizador na Atenção Primária à Saúde (APS), que é a porta de entrada de qualquer usuário no Sistema Único de Saúde (SUS). A importância da APS nesse contexto é fundamental, pois deve garantir um acolhimento de qualidade, realizado de forma cidadã, humanizada e com escuta qualificada, de modo a atender às necessidades de todos os usuários, incluindo as pessoas LGBTQIA+. Portanto, Guimarães (2020), em sua análise, revelou que ainda há dificuldades nesse processo de acolhimento. Muitos enfermeiros demonstraram constrangimento ao falar sobre o tema durante a pesquisa, o que reflete anos de exclusão social, preconceitos e dificuldades enfrentadas por esses profissionais ao tentar abordar questões relacionadas à diversidade sexual e às experiências de pessoas LGBTQIA+.

Essa resistência ou insegurança na abordagem evidencia a necessidade urgente de repensar e ampliar a formação em saúde, promovendo uma maior sensibilização, capacitação e inclusão de temas relacionados à diversidade, de modo a garantir um atendimento mais humanizado, acolhedor e efetivo para essa população. Kauss (2021) observou em seu estudo o conflito geracional provocado pela necessidade de adequação dos ativismos no contexto da pandemia, bem como manutenção de ações e redes pré-estabelecidas. Sinaliza-se a importância da continuidade, ampliação e aprofundamento de estudos sobre os efeitos da pandemia da covid-19 sobre a saúde da população LGBTQIA+, considerando as interseccionalidades do fenômeno a relação com a violência, pobreza, entre outras questões que intensificam a vulnerabilidade social dessa população.

Constataram-se efeitos sobre a mobilização comunitária; o acesso aos serviços de saúde; a saúde mental; e as situações de violência e proteção social. As intervenções coletivas de pessoas LGBTI são fundamentais em contextos de crise sanitária e dão suporte à garantia do direito à saúde e preservação de políticas públicas a esta população. A resistência da população LGBTQIA+, relacionada à procura dos serviços de saúde apresentada pela referida população evidencia a discriminação que ocorre por conta do contexto heterossexual dominante, da falta de

qualificação e do preconceito dos trabalhadores da saúde diante dessas demandas. Desta forma, reconheceu-se que a violência e o estigma social sofrido pela orientação sexual pela identidade de gênero afetam o processo de adoecimento e sofrimento, assim como dificultam o acesso à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho, dentre outros.

Observa-se que no campo da saúde coletiva, ocorrem diversos empecilhos quanto aos atendimentos em saúde das minorias populacionais, como no caso da população LGBT+. Atualmente, a situação experimentada por este público denota a necessidade de um trabalho mais ético em saúde, onde o profissional haja com comprometimento, responsabilidade e respeito, a fim de suprimir o preconceito, discriminação e as situações de violência (Nogueira, 2019). Miskolci (2022) destacou de forma importante os principais problemas enfrentados pela população LGBTI+, sinalizando também alguns dos avanços necessários para promover uma maior inclusão e equidade nesse contexto. Entre os desafios apontados, estão o acesso da população LGBTQIA+ ao Sistema Único de Saúde (SUS), que ainda apresenta muitas barreiras; a necessidade de capacitação contínua e especializada dos profissionais de saúde para atender às demandas específicas dessa população; a interiorização e descentralização de serviços sensíveis às questões LGBTI+, de modo a garantir que esses cuidados cheguem também às regiões mais remotas e menos assistidas; além das distintas formas de violências e discriminações que esses indivíduos enfrentam diariamente, muitas vezes de forma invisível ou não reconhecida oficialmente.

Outro ponto importante mencionado é a existência de lacunas nas pesquisas em saúde voltadas a segmentos específicos, como lésbicas, bissexuais, intersexos e outras minorias sexuais, o que dificulta a elaboração de políticas públicas efetivas e baseadas em evidências sólidas. Esses resultados reforçam a urgência de implementar de forma plena a “Política Nacional de Saúde Integral de LGBTQIA+”, garantindo que as ações e estratégias sejam efetivas e abrangentes. O autor ainda aponta que o que é considerado desviante dos conjuntos estabelecidos de normas sociais e culturais muitas vezes posiciona essas pessoas como marginais ou “exceções”, o que justifica a omissão ou até a exclusão delas dos espaços de cuidado, de decisão e de reconhecimento social. Essa visão patologizante e marginalizadora reforça a necessidade de uma mudança de paradigma, na qual o reconhecimento das pessoas LGBTI+ não seja apenas uma questão de direitos civis, mas uma questão de reconhecimento ontológico, ou seja, de base filosófica e existencial, relacionada ao que é reconhecível enquanto ser humano.

Assim, a luta pelo reconhecimento das pessoas LGBTI+ transcende a simples busca por direitos, configurando-se como uma luta por sua própria existência, dignidade e pelo reconhecimento de suas identidades como parte fundamental da diversidade humana. Os avanços conquistados pela população trans na área da saúde, principalmente através dos movimentos organizados LGBTQIA+, vêm ocorrendo por meio de suas demandas

apresentadas nos espaços de controle social, como nas Conferências de Políticas Públicas para LGBTQIA+ e nos Conselhos de Saúde. Entretanto, a insegurança encontrada pela população trans está no fato de que portarias podem ser revogadas a qualquer momento por qualquer governo, sendo necessárias leis que garantam todo esse processo. No entanto, esse é um desafio para o Brasil, que possui uma cultura enraizada em conservadorismo que se soma a recentes avanços do fundamentalismo religioso em espaços democráticos, que deslegitimam as pautas da população LGBTQIA+ (Popadiuk, 2017).

Ressalta-se às necessidades sociais e de saúde que pessoas LGBTQIA+, evidenciando a importância da compreensão da LGBTfobia como um determinante social da saúde, além de retomar alguns marcos que resultaram na criação e implementação da Política Nacional De Saúde Integral LGBTQIA+. A partir disso considera-se como algumas vulnerabilidades são potencializadas com a emergência da pandemia e se mostram enlaçadas por estruturas de poder e iniquidades sociais (Santana, 2021). Segundo Thomazi (2021) devido ao estigma associado aos estereótipos negativos e à transfobia, os direitos humanos das pessoas trans são violados diariamente, fazendo com que sejam marginalizadas e excluídas dos serviços de saúde. Pessoas trans (mulheres travestis, mulheres transexuais, homens trans e pessoas não binárias) historicamente estão expostas a múltiplas violações de direitos humanos e têm sido estigmatizadas em diferentes sociedades, cujos discursos médico-biológicos desempenham um papel fundamental, contribuindo, exposição à violência transfóbica e homicídios e exclusão social. Ser uma pessoa trans é pertencer a um gênero particular, que tem especificidades em saúde, e com a mesma importância, reivindicar ser tratada com dignidade e respeito. Deste modo, os profissionais de saúde precisam estar atentos às barreiras de acesso aos serviços de saúde, impostas pela violação de direitos, na perspectiva de fornecer um ambiente acolhedor e inclusivo.

CONCLUSÃO

Em síntese, é de suma importância compreender de forma aprofundada os conceitos relacionados ao tema, incluindo as especificidades e particularidades que envolvem a população trans, bem como os direitos conquistados ao longo do tempo por esses indivíduos. Além disso, é fundamental identificar e analisar as barreiras institucionais que ainda persistem, dificultando o acesso e a efetivação desses direitos, bem como as diversas deficiências presentes no sistema de saúde. Essas dificuldades muitas vezes estão relacionadas à falta de capacitação adequada dos profissionais da área, que, por vezes, demonstram uma postura desinformada, preconceituosa ou banalizadora diante das questões referentes à temática trans. Essa conduta não apenas reforça obstáculos no atendimento, como também contribui para a marginalização e o silenciamento dessas pessoas, dificultando o reconhecimento de suas

necessidades específicas e a garantia de um cuidado digno e humanizado. Portanto, é imprescindível promover uma formação contínua e especializada dos profissionais de saúde, além de implementar políticas públicas que assegurem um ambiente mais inclusivo, acolhedor e livre de discriminações, de modo a garantir que a população trans possa exercer seus direitos com dignidade, respeito e igualdade.

Diante dessa realidade, fica evidente a necessidade de realizar capacitações e ações educativas que visem quebrar a barreira do desconhecimento dos profissionais de saúde. Essas ações são essenciais para transformar o sistema de saúde em um espaço mais inclusivo e respeitoso, promovendo uma compreensão mais ampla das questões enfrentadas pela população LGBTQIA+. Essa mudança é fundamental para evitar que a assistência à saúde se torne violenta ou traumatizante, promovendo um ambiente mais humano e compreensivo para todos os indivíduos.

A formação adequada dos profissionais de saúde, aliada ao fortalecimento de valores como respeito, empatia e escuta ativa, desempenha um papel crucial nesse processo. Esses elementos contribuem para criar um ambiente mais acolhedor, seguro e humanizado, onde cada pessoa se senta valorizada e compreendida, garantindo que todos tenham acesso a cuidados que respeitem suas identidades, culturas e necessidades específicas. Além disso, é importante destacar que a educação e a conscientização são passos essenciais nesse caminho de transformação. Investir na formação contínua dos profissionais de saúde e na sensibilização da sociedade ajuda a promover uma assistência mais digna, inclusiva e equitativa. Essas ações contribuem para a construção de um sistema de saúde que valorize a diversidade, respeite os direitos de cada indivíduo e ofereça um atendimento mais justo e compassivo. Em suma, a combinação de formação, respeito, empatia e conscientização é fundamental para que possamos avançar rumo a um sistema de saúde verdadeiramente respeitoso, humano e acessível a todos, independentemente de suas diferenças ou particularidades.

O enfrentamento da população transexual a serviços de saúde e a profissionais despreparados para um atendimento integral e adequado a suas necessidades é um grave obstáculo enfrentado por essa comunidade. No entanto, para que essa abertura seja efetiva, são necessárias adequações nos serviços de saúde, a fim de torná-los mais inclusivos. Isso envolve a importância da utilização do nome social, bem como a necessidade de os profissionais estarem preparados para acolher as demandas de hormonização, as consequências do uso de silicone industrial e as sequelas da violência e transfobia. A população LGBTQIA+ enfrenta desafios significativos que vão além de questões de identidade de gênero e orientação sexual, envolvendo também fatores determinantes sociais como raça, classe socioeconômica e acesso a direitos básicos. Essas interseccionalidades muitas vezes agravaram as vulnerabilidades, dificultando o reconhecimento e a garantia de direitos humanos e

fundamentais para todos. Dessa forma, é fundamental que políticas públicas e ações sociais considerem essas múltiplas dimensões, promovendo inclusão, equidade e respeito às diversidades. Somente por meio do reconhecimento dessas interconexões e do fortalecimento dos direitos humanos será possível construir uma sociedade mais justa, igualitária e livre de discriminações, onde todas as pessoas, independentemente de sua orientação, identidade de gênero, raça ou condição socioeconômica, possam exercer plenamente seus direitos e viver com dignidade. Por fim, reafirma-se, com base na literatura especializada, que gênero e sexualidade se constituem como determinantes sociais da saúde, articulando-se a outros fatores, como questões raciais ou socioeconômicas.

Como decorrência disso, é reforçado o pleno reconhecimento e a promoção/garantia dos direitos humanos e fundamentais de mulheres e LGBTQIA+, considerados essenciais para o alcance de melhores condições de vida e de saúde para essas populações. Essa compreensão é especialmente importante nos contextos políticos nacionais e internacionais, nos quais tais direitos estão particularmente ameaçados, reforçando a necessidade de ações que promovam a inclusão e a proteção dessas populações em todos os níveis. Concluímos, com base no presente estudo, que os profissionais de saúde desempenham um papel fundamental no processo de acolhimento nas redes de atenção à saúde. Além disso, é imprescindível que esses profissionais assumam o compromisso de atuar de forma integral na implementação e na promoção das políticas públicas de saúde, garantindo que usuárias e usuários recebam informações claras, precisas e acessíveis.

É também responsabilidade dos profissionais contribuir para a construção de novas ações e estratégias que visem à eliminação de práticas discriminatórias, promovendo um ambiente mais inclusivo, respeitoso e livre de preconceitos. Dessa forma, é possível avançar na garantia do direito de todas as pessoas ao acesso a um atendimento humanizado, digno e integral, especialmente para a população LGBTQIA+, que muitas vezes enfrenta obstáculos e exclusões no sistema de saúde. Essa postura não apenas fortalece a cidadania e os direitos humanos, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e acolhedora para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas LGBTQIA+; Políticas públicas; Serviços de Saúde; Brasil

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constitucional.htm Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais/** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: 1. ed., 1. reimpressão. Ministério da Saúde, 2013b.

GOMES, Romeu; Murta, Daniela; Facchini, Regina; Meneghel, Stela Nazareth. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. **Ciênc. saúde colet.** 23 (6) •Jun2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04872018> Acesso em: 24 abr. 2025.

GUIMARÃES, Nilo Plantiko; Sotero, Rafaela Lirio; Cola, João Paulo; Antonio, Suzana; Galavote, Heletícia Scabelo. Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil. Reciis- **Rev Eletron ComunInnov Saúde.** 2020 abr.-jun.;14(2):372-85. Disponível em:<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1712> Acesso em: 24 abr. 2025.

KAUSS, Bruno; Polidoro, Maurício; Costa, Adriano; Canavese, Daniel. "Semente para Luta": ativismos, direito à saúde e enfrentamentos de pessoas LGBTI na pandemia da covid-19. **Saudesoc.**30(3) •2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021201026> Acesso em: 24 abr. 2025.

MAGALHÃES, Luiza Gomes; Chiesa, Anna Maria. **Manual de acolhimento de Transexuais e Travestis (TT) à Atenção Primária à Saúde (APS),** Obra em Pt| Campus virtual sp_ops 2023. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/oer-4116> Acesso em: 16 abr. 2025

MISKOLCI,R., Signorelli,M.C., Canavese,D., Teixeira,F.B., Polidoro,M., Moretti-Pires, R. O., Souza, M.H.T., Pereira, P.P.G.. Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. **Ciênc. saúde coletiva** 27 (10) Out 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.06602022> Acesso em: 24 abril.2025

NOGUEIRA, F. J. de S., & Aragão, T. A. P. (2019). Política Nacional de Saúde Integral LGBT: o que ocorre na prática sob o prisma de usuários (as) e profissionais de saúde. **Saúde E Pesquisa**, 12(3), 463–470. Disponível em:<https://doi.org/10.17765/2176-9206.2019v12n3p463-470> Acesso em: 16 abril. 2025

PASCHOALICK R, Adachi FV, dr Biagi J, Silva WLCS, Pereira CIP, Schlenker SM. Saúde LGBTQIA+: análise na educação médica. **Rev. Méd. Paraná**, Curitiba, 2022;80(1):e1693. Disponível em: <https://bioscience.org.br/bioscience/index.php/ramp/article/view/121/94.Ace> Acesso em: 24abr. 2025.

POPADIUK, Gianna Schreiber; Oliveira, Daniel Canavese; Signorelli, Marcos Claudio. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciênc. Saúde colet.** 22(5) Maio 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/141381232017225.32782016>. Acesso em: 24abril.2025

SANTANA, AlefDiogo daSilva;Melo, Lucas Pereira de. Pandemia de covid-19 e população LGBTI+. (In) visibilidades dos impactos sociais. **Sex., Salud Soc.** (RioJ.) (37) • 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2021.37.e21202a> Acesso em: 24 abril. 2025

SANTANA, Alef Diogo da Silva; Lima, Marcos Soares de; Moura, Jefferson Wildes da Silva; Vanderley, Isabel Cristina Sibal de; Araújo, Ednaldo Cavalcante de. Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. **Rev enferm UFPE online.** 2020; 14:e243211. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/243211/34303> Acesso em: 24 abril. 2025

SIMOES, J.A.; Facchini, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

THOMAZI, Guilherme Lamperti;Avila, Simone;Teixeira, Luciana Barcellos.Ambulatório T da Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre: política pública de inclusão e garantia dedireito à saúde de pessoas trans. **Sex., Salud Soc.** (Rio J.) (38) – 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2022.38.e22302.a> Acesso em: 24 abril. 2025.